

**ATA DE INSTALAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL PARA MONITORAMENTO E  
RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS RURAIS E URBANOS, REALIZADA EM  
11 DE MAIO DE 2009.**

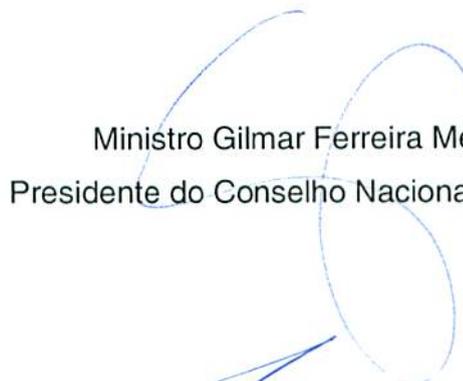
Aos onze dias do mês de maio de dois mil e nove, às dez horas, no auditório da Escola da Magistratura Federal da Primeira Região, localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho dois, Lote vinte e um, Brasília, Distrito Federal, ocorreu o Seminário de Instalação do Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos. Obedecendo a programação oficial do Seminário, o evento iniciou-se com a Abertura Solene e execução do Hino Nacional, tendo a Mesa de Honra sido composta pelas seguintes autoridades: o Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Gilmar Ferreira Mendes, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Senhor Guilherme Cassel, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Milton de Moura França, o Presidente do INCRA, Senhor Rolf Rackbart, a Secretária Nacional de Programas Urbanos do Ministério da Cidade, Senhora Maria Teresa Surita Jucá, o Ouvidor Agrário Nacional, Desembargador Gercino José da Silva Filho, a representante da Presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e da respectiva Comissão Nacional de Direitos Humanos, Senhora Herilda Balduino de Souza, e a Subprocuradora-Geral da República, Senhora Gilda Pereira de Carvalho. O pronunciamento inicial coube ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Milton de Moura França. Posteriormente, a palavra coube ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Senhor Guilherme Cassel. Houve o ato solene de assinatura do livro de presença, que inaugura a memória do Fórum Nacional Fundiário e, em seguida, o pronunciamento do Ministro Gilmar Mendes. Após a Abertura, compuseram a mesa os Senhores Gilda Diniz dos Santos, Patrícia André de Camargo Ferraz, Toshio Mukai, Conselheiro Antonio Umberto de Souza Júnior, Alcir Gursen de Miranda, respectivamente, os coordenadores dos Grupos Temáticos, Desembargador Gercino José da Silva Filho, coordenador-geral dos Grupos Temáticos, o Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, Rubens Curado, o Juiz Auxiliar da Presidência, Marcelo Martins Berthe, e os Relatores convidados para os Grupos Temáticos, Gustavo Henrique Bretas Marzagão, Eugênio Facchini e Max Paulo. Deu-se início às discussões dos Grupos Temáticos, que são: a) “A especialização de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público para dirimir questões agrárias”; b) “A



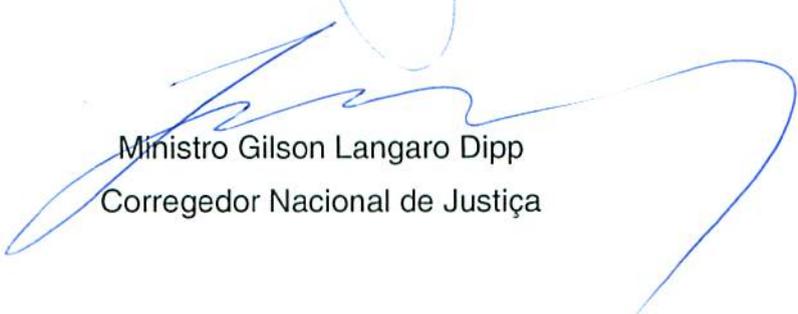
regularização fundiária urbana e o Poder Judiciário diante das demandas de massa”; c) “O Estatuto da Cidade como instrumento de resolução de conflitos urbanos”; d) “O combate ao trabalho em condições análogas às de escravo e a função social da propriedade”; e e) “A atual realidade fundiária brasileira — o Direito Agrário e os conflitos no campo”. Todos os coordenadores foram convidados para assentar à mesa no Auditório e houve a separação dos Grupos Temáticos. Promoveu-se, já nas salas de discussão, ajuste dos participantes aos grupos temáticos e um debate preliminar. Após o intervalo para o almoço, as atividades dos Grupos Temáticos reiniciaram-se às treze horas e trinta minutos. As discussões permaneceram ininterruptas até o intervalo. Em seguida, todos os integrantes reuniram-se em plenária no Auditório da Escola de Magistratura Federal, sob a condução do coordenador dos trabalhos e do seminário, o Secretário-Geral Rubens Curado Silveira, e do o Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, Marcelo Martins Berthe, para discussão e aprovação dos trabalhos realizados nas Salas de Discussão, cujas conclusões e propostas foram debatidas e aprovadas pelos participantes, conforme consta do relatório anexo, referente a cada grupo de trabalho. Ficou esclarecido aos participantes, ainda durante a plenária, que a continuidade dos trabalhos será objeto de elaboração de uma agenda e de um programa de trabalho para o Fórum instalado nesta data, cuja elaboração ficará a cargo do Comitê Executivo, a ser instituído por ato da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, na forma da Portaria número 491/2009, e submetido à Presidência do Conselho. O programa será apresentado no prazo de quinze dias, a partir da publicação do ato de instituição do Comitê Executivo, e será amplamente divulgado. Foi decidido, ainda em plenário, que será criado um espaço virtual para as discussões permanentes entre os integrantes do Fórum, onde também serão divulgados os atos da Presidência do Conselho Nacional de Justiça referentes à formação do Comitê Executivo, organização e fluxo dos trabalhos, que doravante deverão ser encaminhados pelos participantes do Fórum, tanto dos já inscritos, como daqueles que venham a fazer parte dele. Para que não haja solução de continuidade nos trabalhos do fórum permanente, deliberou-se, ainda, que será disponibilizado espaço com a criação de um Plenário Virtual, para que as discussões aconteçam e sejam apresentadas propostas, deliberadas conclusões, sem interrupção nos trabalhos, entre um e outro encontro nacional. Finalmente, ficou ainda decidido no plenário, que os encontros nacionais deverão acontecer pelo menos uma vez por ano, desde logo designando-se o Primeiro Encontro Nacional do Fórum Nacional para



Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos, depois deste Seminário de Instalação, para a última semana de setembro do corrente ano, em local ainda a ser definido. Concluídos os trabalhos técnicos assumiu a presidência da mesa o Ministro Gilson Langaro Dipp, Corregedor Nacional de Justiça, que tomou a palavra para encerrar o Seminário de Instalação, lavrando-se esta ata, integrada pelos relatórios de trabalho dos grupos formados pelos participantes, com as conclusões e propostas para os temas que se devem ainda desenvolver. Brasília, 11 de maio de 2009.



Ministro Gilmar Ferreira Mendes  
Presidente do Conselho Nacional de Justiça



Ministro Gilson Langaro Dipp  
Corregedor Nacional de Justiça



Rubens Curado Silveira  
Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça



Marcelo Martins Berthe  
Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ